

Relatório de Auto avaliação Institucional 2020

Ano de Referência - 2019

2º RELATÓRIO PARCIAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ – Campus Cedro

SUBCOMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2020

ANO DE REFERÊNCIA – 2019

2º RELATÓRIO PARCIAL

Cedro/CE

2020

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação
Milton Ribeiro

Secretário de Educação Profissional e
Tecnológica
Ariosto Antunes Culau

Reitor
Virgílio Augusto Sales Araripe

Pró-Reitor de Ensino
Reuber Saraiva de Santiago

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação
José Wally Medonça Menezes

Pró-Reitor de Extensão
Zandra Dumaresq

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
Ivam Holanda de Sousa

Pró-Reitor de Administração e Planejamento
Tássio Francisco Lofti Matos

Comissão Própria de Avaliação
Francisco Glauco Gomes Bastos (Pres)
Antônio Castro de Souza
Bárbara Neres Carvalho
Camile Leal de Medeiros
Fabiano Rocha
Fábio Reis de Vasconcelos
Felipe Antônio Dantas Monteiro
Francisco Geovane L. Duarte
Francisco José Calixto de Sousa
João Reginaldo da Silva
Jordana Érica Mesquita da Silva Gomes
José Sampaio de Souza Filho
Maria Luciana da Silva Mesquita
Saulo Henrique dos Santos Esteves
Thereza Neumann Santos de Freitas
Viviane Paiva de Lima

Subcomissão Campus Cedro
Luiz Neldecílio Alves Vitor
José Rômulo Porfírio de Lima
Francisco Gabriel de Souza Lima
José Ferreira Lima

Sistematização do Relatório e Revisão
Gramatical
Francisco José Calixto de Sousa
Priscilla Uchôa Martins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Instituto Federal do Ceará - IFCE

I59r Instituto Federal do Ceará. Comissão Própria de Avaliação.

Relatório de autoavaliação institucional : ano de referência 2019 : segundo relatório parcial / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Comissão Própria de Avaliação. – Cedro, 2020.
27 p.

1. IFCE, campus Cedro – Avaliação Institucional – Relatórios - 2019. 2. Planejamento educacional. I. Avaliação (Educação). II. Título.

CDD (20. ed.) 371

Carlos Robson Souza da Silva
Bibliotecário-Documentalista (CRB3/1438)

Sumário

Apresentação.....	5
1 Introdução.....	6
1.1 A Avaliação Institucional.....	6
1.2 Breve Histórico do IFCE.....	7
1.3 Caracterização do IFCE.....	8
1.4 Organização Multicampi.....	8
1.5 Finalidades e Objetivos do IFCE.....	9
1.6 Identificação e dados da Unidade.....	10
1.7 Breve histórico do Campus - Cedro.....	10
1.8 Dados da CPA.....	12
2 Metodologia.....	12
2.1.1 <i>Etapa de Elaboração.....</i>	<i>13</i>
2.1.2 <i>Etapa de Execução.....</i>	<i>13</i>
2.1.3 <i>Etapa de Análise.....</i>	<i>13</i>
2.2 Respondentes das Pesquisas Aplicadas.....	16
3 Coleta e Análise de Dados Pertinentes a Cada Eixo.....	17
3.1 Eixo 2: Desenvolvimento Institucional.....	17
3.1.1 <i>Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional.....</i>	<i>17</i>
3.1.2 <i>Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição.....</i>	<i>18</i>
3.2 Eixo 3: Políticas Acadêmicas.....	19
3.2.1 <i>Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.....</i>	<i>19</i>
3.2.2 <i>Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade.....</i>	<i>20</i>
3.2.3 <i>Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes.....</i>	<i>21</i>
3.3 Eixo 4: Políticas de Gestão.....	22
3.4 Eixo 5: Infraestrutura Física.....	23
4 Ações com Base na Análise Preliminar.....	26
5 Considerações Finais.....	26
Referências.....	28

“Avaliar é um processo abrangente da existência humana, que implica numa reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas dificuldades, e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos.”

(VASCONCELLOS, C.S. 1994)

APRESENTAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação Local (CPA) do Instituto Federal do Ceará (IFCE), Campus Cedro, traz a público o relatório parcial de autoavaliação institucional referente ao ano letivo de 2018, que compreende os períodos letivos 2019.1 e 2019.2.

Sob a perspectiva do aperfeiçoamento institucional contínuo, o processo de avaliação, desenvolvido no âmbito do IFCE, constitui instrumento fundamental e estratégico para os ciclos de gestão e de planejamento da instituição, os quais impactam, diretamente, nas ações cotidianas do fazer acadêmico e administrativo que, por sua vez, fortalecem a missão institucional, sobretudo, no que respeita à qualidade dos serviços educacionais prestados à sociedade.

Amparada, portanto, nos pressupostos institucionais, a CPA disponibiliza, novamente, para a comunidade interna e externa, o relato das dimensões institucionais como resultado das informações prestadas pelos respondentes e coletadas por meio do instrumento de avaliação (questionário).

O presente relatório está organizado em quatro capítulos, a saber: no capítulo 1, apresenta-se, de forma breve, o IFCE e seu processo de avaliação institucional, incluindo a organização da Comissão Própria de Avaliação (CPA); no capítulo 2, aborda-se a metodologia utilizada na autoavaliação institucional, destacando-se o delineamento do estudo, a definição da população, a amostra de pesquisa, os instrumentos e técnicas de coleta de dados e as limitações do estudo realizado; no capítulo 3, apresentam-se os resultados por segmento (corpo discente, docente e técnicos administrativos) e, por fim, no capítulo 4, é realizada uma análise dos dados, o que possibilita um diagnóstico da situação atual do IFCE.

O relatório se encerra com uma síntese das considerações finais apresentadas pelos respondentes.

1 INTRODUÇÃO

1.1 A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) cujo objetivo é “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes”. De acordo com essa Lei, para a avaliação das instituições devem ser utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a autoavaliação e a avaliação externa *in loco*. Nessa perspectiva, tais procedimentos de avaliação são coordenados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), no âmbito do IFCE.

Em 2014, é emitida a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014 que apresenta uma sugestão de roteiro a ser seguido pelas instituições de ensino superior na elaboração de seus relatórios de autoavaliação institucional, bem como determina a periodicidade da submissão

dos relatórios por meio do sistema e-MEC. Destaca-se que, a partir do ano de referência 2015, passou-se a exigir que o mesmo relatório fosse inserido no e-MEC ao longo de três anos.

Conforme a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014, no que diz respeito à periodicidade, o primeiro ciclo de Relatórios se daria a partir do ano de referência 2015, devendo, pois, serem inseridos no sistema e-MEC, da seguinte forma:

- até 31 de março de 2016 - 1º Relatório Parcial
- até 31 de março de 2017 - 2º Relatório Parcial
- até 31 de março de 2018 - Relatório Integral

Nesse sentido, de acordo com o que estabelece a NT supracitada, para o ano de referência 2018 do IFCE, o relatório deverá ser entregue da seguinte forma:

- até 31 de março de 2019 - 1º Relatório Parcial
- até 31 de março de 2020 - 2º Relatório Parcial
- até 31 de março de 2021 - Relatório Integral

Sendo assim, inicia-se, portanto, um novo ciclo, de forma que este relatório é uma versão parcial referente ao exercício de 2019 que apresenta o resultado das avaliações aplicadas aos segmentos docente, discente e técnicos administrativos, assim como as análises dos dados coletados.

Em 2021, será entregue Relatório Integral devendo abordar as ações de intervenção que visem a superar as fragilidades apontadas nos dois últimos relatórios, que contemplará as informações e ações desenvolvidas pela CPA Local no ano de referência. Além disso, apresentará uma discussão sobre o conteúdo relativo desses dois relatórios parciais anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão e, ainda, um plano de ações de melhoria para o IFCE.

1.2 BREVE HISTÓRICO DO IFCE

A história do IFCE inicia-se em 1909, como Escola de Aprendizizes e Artífices, ofertando ensino profissional primário. Em 1937, passa a ser Liceu Industrial de Fortaleza e, em 1942, Escola Industrial de Fortaleza, ofertando educação profissional em nível equivalente ao ensino secundário. Em 1968, a Escola Industrial é transformada em Escola Técnica Federal do Ceará, tornando-se autarquia com autonomia didática e de gestão. Sob a perspectiva de ampliação da oferta de ensino superior, em 1999, a instituição passa a ser Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET- CE).

Com a finalidade de ampliar e democratizar o acesso ao ensino profissional no país, a partir do ano 2000, o Governo Federal, através do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, iniciou investimento significativo na construção de unidades federais de ensino profissional e na contratação de pessoal (corpo docente e técnicos administrativos). Nesse contexto, para ampliar a capacidade de diversificação na oferta de cursos e estruturar a instituição para essa nova realidade, em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei Nº 11.892, o CEFET-CE muda de institucionalidade, assim como a maioria dos

CEFETs e todas as escolas agrotécnicas do país, e passou a ser Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

1.3 CARACTERIZAÇÃO DO IFCE

O IFCE é uma instituição federal de educação profissional e tecnológica, pluricurricular e *multicampi*, com natureza jurídica de autarquia e detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, habilitada para ofertar cursos que abrangem o ensino básico, técnico, de graduação e pós-graduação, por meio da tríade ensino, pesquisa e extensão. Portanto, sua atuação vincula-se ao desenvolvimento local com a oferta de cursos de qualificação profissional, técnicos de nível médio, superiores de graduação (licenciatura, tecnologia e bacharelado) e de pós-graduação *lato e stricto sensu* (especialização, mestrado e doutorado) como, também, vincula-se ao desenvolvimento de inovação, pesquisa aplicada e extensão, além de desenvolvimento tecnológico, em uma mesma unidade de ensino.

Com base nessas considerações, a instituição tem como função social a promoção do ser humano, traduzida na democratização do acesso, assim como na permanente busca da qualidade da educação pública e no desenvolvimento científico-tecnológico como vetor de atendimento às demandas sociais.

1.4 ORGANIZAÇÃO MULTICAMPI

Para fortalecer o trabalho em prol de uma formação profissional mais adequada às necessidades regionais e ao desenvolvimento nacional, o IFCE hoje se faz representar em todas as macrorregiões do estado do Ceará, estendendo-se da capital aos principais municípios do interior e destes, aos seus distritos. Conta, para tanto, com um órgão de administração central, a Reitoria em Fortaleza, e trinta e três *campi* em funcionamento nas seguintes cidades: Acaraú, Acopiara, Aracati, Baturité, Boa Viagem, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Guaramiranga, Horizonte, Iguatu, Itapipoca, Juaguaribe, Jaguaruana, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Morada Nova, Paracuru, Pecém, Polo de Inovação Fortaleza, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim.

A ampliação da presença do IFCE no interior do Ceará atende à meta do programa de expansão da Rede Federal e leva em consideração a própria natureza dos institutos federais, no que diz respeito à descentralização da oferta de qualificação profissional, cujos propósitos incluem o crescimento socioeconômico de cada região e a prevenção do êxodo de jovens estudantes para a capital.

Além dos *campi* mencionados, foram implantados 50 (cinquenta) unidades de Centro de Inclusão Digital (CID) e 2 (duas) de Núcleo de Informação Tecnológica (NIT), com a finalidade de assegurar à população do interior o acesso ao mundo virtual e, assim, completar as ações voltadas à profissionalização no Ceará. De acordo com a Plataforma Nilo Peçanha, no ano de 2018, havia 31.732 (trinta e uma mil setecentas e trinta e duas) matrículas distribuídas nos cursos ofertados por meio das modalidades presencial e a distância.

1.5 FINALIDADES E OBJETIVOS DO IFCE

As finalidades do IFCE, como das demais instituições que integram a Rede Federal de Educação Tecnológica, são definidos por meio do artigo 6º da Lei nº. 11.892/2008, transcrito a seguir.

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Ainda na Lei nº. 11.892/2008 são definidos os objetivos dos institutos federais:

- I. Ministrando educação profissional, técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

- II. Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. Desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- VI. Ministrar em nível de educação superior, abrangendo:
 - a. cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para diferentes setores da economia;
 - b. licenciaturas e programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c. bacharelados e engenharias, visando à formação de profissionais para diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d. cursos de pós-graduação *lato sensu*, de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas em diferentes áreas do conhecimento.

1.6 IDENTIFICAÇÃO E DADOS DA UNIDADE

Autarquia criada nos termos da Lei nº. 11.892, de 20 de dezembro de 2008.

Órgão de vinculação	Ministério da Educação		
Denominação completa	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará		
Denominação abreviada	Instituto Federal do Ceará (IFCE)		
Natureza jurídica	Autarquia Federal		
CNPJ	10.744098/0001-30		
Código da IES	1807		
Principal atividade	Educação Profissional de Nível Tecnológico		
Endereço	Alameda José Quintino, s/n – Prado Cedro, CE CEP: 63400-000	(88) 3564.1000	www.ifce.edu.br/cedro

1.7 BREVE HISTÓRICO DO CAMPUS - CEDRO

Em 1995, tendo por objetivo a interiorização do ensino técnico, foram inauguradas duas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED) localizadas nas cidades de Cedro e Juazeiro do

Norte, distantes, respectivamente, 385 km e 570 km da sede de Fortaleza, dando continuidade de seu crescimento institucional necessário para acompanhar o perfil atual e futuro do desenvolvimento do Ceará e da Região Nordeste.

O funcionamento da UNED-Cedro foi autorizado pela portaria ministerial nº 526, de 10/05/95, do Gabinete do Ministro da Educação e do Desporto (DOU 12/05/1995, seção 1, pág. 6819), iniciando suas atividades em 11/09/95, conforme estabelecido na portaria 512/GDG, do dia 08/09/1995 (Boletim de Serviço do 3º Trimestre de 1995, pág. 54), com a oferta do Pró-Técnico, curso preparatório para ingresso de seus cursos de Mecânica e Eletrotécnica. Em janeiro de 1996, foi realizado o 1º Exame de Seleção para os cursos integrados de nível técnico de Eletrotécnica e Mecânica.

Em 1994, foi realizado concurso público para preenchimento do seu quadro de pessoal, de acordo com o quadro demonstrativo das vagas da Lei nº 8.433, de 16/06/1992 (DOU 17/06/92), sendo complementada pela Lei nº 8.670/93, de 30/06/1993 (DOU 01/07/93), constava de 80 vagas para técnicos administrativos e de 47 para o corpo docente.

O concurso público foi homologado em 11/11/94, ficando à disposição da direção geral da ETFCE a convocação e contratação à medida que a escola fosse necessitando. Assim, para o início de suas atividades foram contratados somente cinco professores e uma servidora administrativa.

Em junho de 1998, foi realizado o primeiro processo de consulta para escolha do diretor com participação efetiva de alunos e servidores, tendo sido eleito o professor Fernando Eugênio Lopes de Melo, em substituição ao professor Francisco Wellington Alves de Souza, até então diretor da UNED-Cedro designado mediante a Portaria 699/GDG, de 02/12/1994, publicada no DOU de 13/12/1994.

Atendendo às disposições do Decreto 2.208, de 07/04/1997, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei de Diretrizes e Bases da educação de nº 9394/96, a escola reformulou o seu ensino médio em 1998, desvinculando-o do ensino profissionalizante, passando assim a atuar em duas vertentes: o ensino integrado, que estava em fase de extinção e o novo Ensino Médio (propedêutico).

Em janeiro de 2000, por determinação do Ministério da Educação, foi realizado o primeiro Exame de Seleção para o Ensino Médio e cursos técnicos profissionalizantes em Eletrotécnica com ênfase em Sistemas Elétricos Industriais e Mecânica Industrial.

Em 2000, no mês de janeiro, foi realizado o segundo processo de consulta para escolha do diretor da UNED-Cedro, sendo reeleito o professor Fernando Eugênio Lopes de Melo.

Em janeiro de 2004 foi efetivado o primeiro Vestibular para os cursos superiores de Tecnologia em Mecatrônica Industrial e Licenciatura em Matemática. Nesse mesmo ano aconteceu o terceiro processo de consulta para escolha do diretor da UNED-Cedro, sendo eleito o professor José Nunes Aquino, em substituição ao professor Fernando Eugênio Lopes de Melo. Em dezembro de 2008, o Prof. Aquino foi novamente escolhido pela comunidade escolar, mediante consulta, como Diretor Geral para o quadriênio 2009/2012.

No dia 29 de dezembro de 2008, foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei 11.892 com a intenção de reorganizar e ampliar a Rede Federal de Educação Profissional e

Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, desde educação de jovens e adultos até doutorado.

Dessa forma, o CEFETCE passou a ser Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) composto por treze (13) campi: Fortaleza, Cedro, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral, Limoeiro do Norte e Quixadá, assim como também as Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e Iguatu, mais 10 campi avançados, cobrindo grande parte do território cearense.

O IFCE - Campus Cedro está localizado na cidade de Cedro, região centro-sul do Ceará, com área geográfica de influência formada por 14 municípios equidistantes em torno de 30 a 100 km e clientela estudantil de 1.128 alunos matriculados nos cursos técnicos em Eletrotécnica e Mecânica Industrial, técnicos integrados em Eletrotécnica, Mecânica e Informática, técnico integrado em Eletrotécnica na modalidade de Educação de Jovens e

Adultos, Eletricista de Redes de Distribuição integrado ao Ensino Fundamental, além dos cursos superiores de Tecnologia em Mecatrônica Industrial, Licenciatura em Matemática e Bacharelado em Sistemas da informação.

1.8 DADOS DA CPA

A Comissão Própria de Avaliação Local (CPA) do IFCE – Campus – Cedro é o órgão responsável pela elaboração do Relatório de Avaliação e apresentação junto à Comunidade do Campus. Desenvolvendo um trabalho de sensibilização da comunidade acadêmica para participação do processo do questionário e na sequência, divulgação do relatório, em parceria com a comunicação social do Campus, atingindo grande maioria do público.

A composição do período 2018/2022 foi estabelecida pela Portaria N° 212/GR, de 18 de março de 2019.

2 METODOLOGIA

Sabe-se que os resultados da auto avaliação devem ser submetidos ao olhar de especialistas, na perspectiva de se proceder a uma avaliação externa das práticas desenvolvidas, uma vez que, por uma visão externa, podem-se corrigir eventuais erros de percepção produzidos por agentes internos e o documento, então, atua como um instrumento cognitivo, crítico e organizador das ações da instituição e do MEC.

Nesse sentido, a atual Comissão Própria de Avaliação Institucional, no que tange à metodologia aplicada ao processo avaliativo, manteve a proposta utilizada nas avaliações anteriores inclusive, quanto às etapas realizadas.

A metodologia adotada pela CPA alinha-se ao modelo proposto pelo Sinaes, dividindo o processo em três etapas, quais sejam, elaboração, execução e a análise, culminando na produção do relatório final.

2.1.1 Etapa de Elaboração

Na etapa de elaboração, desenvolveram-se atividades de concepção metodológica, incluindo a produção dos instrumentos e, ainda, atividades de sensibilização e divulgação do processo avaliativo, adotando-se diversas estratégias e instrumentos. Para a sensibilização e divulgação, usaram-se recursos de tecnologias da informação, como e-mail, portal institucional e mídias impressas como cartazes, folders e mídias sociais. Complementando as estratégias de divulgação, realizou-se o corpo a corpo com visitas aos setores, salas de aulas e contatos pessoais com professores, alunos e técnicos.

2.1.2 Etapa de Execução

Na fase de execução, foram disponibilizados os questionários on-line para que a comunidade respondesse em qualquer local e a qualquer momento, dentro do período de execução. O acesso ao questionário se deu da seguinte forma: para os docentes e alunos, por meio do sistema *on-line* Q-acadêmico do IFCE e para os técnicos administrativos, pelo portal do IFCE em seus e-mails institucionais. A todos os participantes foi assegurado o anonimato. Cabe esclarecer que todos os *campi* responderam ao questionário, permitindo aos gestores o acesso aos dados do relatório.

2.1.3 Etapa de Análise

Conforme mencionado anteriormente, durante a etapa de execução foram coletadas as respostas dos questionários respondidos por três segmentos de públicos internos ao IFCE, a saber: estudantes, servidores técnico-administrativos e servidores docentes.

Para cada segmento de público atendido, foram consolidados os níveis de satisfação associados a cada pergunta do questionário disponibilizado, para que por meio deles pudessem ser reveladas as áreas menos assistidas em relação às políticas institucionais.

Os níveis de satisfação foram definidos de acordo com as opções disponíveis para as respostas dos questionários. Na metodologia proposta, foi definido que: (I) o nível de satisfação era **alto** quando os respondentes selecionavam as opções “Sim”, “Sempre”, “Alto”, “Excelente” “Frequentemente” e “Ótimo”; (II) o nível de satisfação era **médio** quando os respondentes selecionavam a opção “Parcialmente”, “Moderada”, “Bom” e “Regular”; e (III) o nível de satisfação era **baixo** quando os respondentes selecionaram a opção “Não”, “Raramente”, “Nunca”, “Baixa”, “Nenhuma” e “Muito Fraco”. O quadro a seguir resume a classificação dos níveis de satisfação de acordo com a metodologia proposta.

Nível de Satisfação	Opções de Respostas
Baixo	Não, Raramente, Nunca, Baixa, Nenhuma e Muito Fraco
Médio	Parcialmente, Moderada, Bom e Regular
Alto	Sim, Sempre, Alto, Excelente, Frequentemente e Ótimo

A partir dos níveis de satisfação, realizou-se uma nova categorização dos resultados usando como referência o percentual de *nível de satisfação alto*, com o objetivo de se encontrar um conceito final e único para o aspecto avaliado. Em outras palavras, para cada pergunta identificou-se, por segmento de público, o percentual de respostas que apontavam para um nível de satisfação alto. Se esse percentual estivesse entre 0 e 49.99%, ter-se-ia como resultado da avaliação no segmento de público o conceito de *fragilidade*. Caso esse percentual estivesse entre 50 e 69.99%, dir-se-ia que o conceito seria de *avaliação mediana* e se o percentual fosse maior que 70%, o resultado final por segmento apontaria para uma *potencialidade*. O quadro a seguir resume a classificação dos resultados de avaliação por segmento de público.

Intervalo de Nível de Satisfação Alto	Resultado da Avaliação por Segmento de Público
0% - 49,99%	Fragilidade
50% - 69,99%	Avaliação mediana
70% - 100%	Potencialidade

Considerando-se os três segmentos de públicos do IFCE tratados neste trabalho, ao obter-se o resultado da avaliação por segmento, faz-se ainda necessário estabelecer um conceito único para os resultados de cada segmento. O quadro a seguir resume as possibilidades de agrupamento dos resultados de avaliação de cada segmento de público, quando somente dois segmentos estão envolvidos.

Segmento de Público 1	Segmento de Público 2	Classificação Final
<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
<i>Potencialidade</i>	<i>Fragilidade</i>	<i>Controvérsia</i>
<i>Potencialidade</i>	<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Tendência de Potencialidade</i>
<i>Fragilidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Controvérsia</i>
<i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>
<i>Fragilidade</i>	<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Tendência de Fragilidade</i>
<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Tendência de Potencialidade</i>
<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Fragilidade</i>	<i>Tendência de Fragilidade</i>
<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Avaliação Mediana</i>

Na metodologia proposta, uma *fragilidade* anula uma *potencialidade*. Quando somente dois segmentos de público estão envolvidos e um dos segmentos aponta para uma *fragilidade* e o outro para uma *potencialidade*, diz-se então haver uma *controvérsia*. Uma *avaliação mediana* combinada com uma *potencialidade* ou *fragilidade*, transforma o conceito em *tendência de potencialidade* ou *tendência de fragilidade*, respectivamente.

No caso de três segmentos envolvidos, como uma *fragilidade* anula uma *potencialidade*, então prevalecerá o resultado da avaliação do terceiro segmento de público considerado. O quadro a seguir resume as possibilidades de agrupamento dos resultados de avaliação de cada segmento de público, quando três segmentos estão envolvidos.

Segmento de Público 1	Segmento de Público 2	Segmento de Público 3	Classificação Final
<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
		<i>Fragilidade</i>	
		<i>Avaliação Mediana</i>	
<i>Potencialidade</i>	<i>Fragilidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
		<i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>
		<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Controvérsia</i>
<i>Potencialidade</i>	<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
		<i>Fragilidade</i>	<i>Controvérsia</i>
		<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Avaliação Mediana</i>
<i>Fragilidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
		<i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>
		<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Controvérsia</i>
<i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Fragilidade</i>
		<i>Fragilidade</i>	
		<i>Avaliação Mediana</i>	
<i>Fragilidade</i>	<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Controvérsia</i>
		<i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>
		<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Avaliação Mediana</i>
<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
		<i>Fragilidade</i>	<i>Controvérsia</i>
		<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Avaliação Mediana</i>
<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Fragilidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Controvérsia</i>
		<i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>
		<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Avaliação Mediana</i>
<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Avaliação Mediana</i>
		<i>Fragilidade</i>	
		<i>Avaliação Mediana</i>	

Em resumo, para o relatório de avaliação o que interessa predominantemente são as *potencialidades* e *fragilidades*. Nos demais casos, recomenda-se uma análise mais detalhada para se identificar o que aconteceu e ter mais convicção do estado daquele aspecto. Para o público, em geral, o mais importante são os conceitos *fragilidade* e *potencialidade* e, para a gestão, todos são importantes, sendo necessário entendê-los e aplicar o tratamento ou ação adequados.

A metodologia compreende, ainda, a atividade de devolutiva dos resultados encontrados, que consiste em apresentação, por meio de seminários, destinada aos três

segmentos acadêmicos. A expectativa é de que os seminários se constituam em mais um espaço democrático como oportunidade para prestação de contas dos gestores e estabelecimento de novos compromissos com a comunidade.

2.2 RESPONDENTES DAS PESQUISAS APLICADAS

Para se estabelecerem os percentuais de participação, utilizaram-se, em relação aos discentes, os dados disponibilizados na plataforma IFCE em Números, referentes ao ano de 2019, em seus dois semestres letivos, considerando o número de alunos matriculados mais vínculo institucional.

Para se estabelecerem os percentuais de participação, utilizaram-se, em relação aos servidores (docentes e técnicos administrativos), os dados disponibilizados no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP-IFCE).

Ord.	Campus	Participação (%)		
		Alunos	Professores	Técnicos
1.	Acaraú	63,5%	100,0%	39,0%
2.	Acopiara	50,2%	100,0%	35,7%
3.	Aracati	70,3%	89,2%	31,0%
4.	Baturité	67,9%	81,4%	29,0%
5.	Boa Viagem	46,7%	100,0%	22,7%
6.	Camocim	74,4%	89,1%	0,0%
7.	Canindé	52,2%	86,5%	28,2%
8.	Caucaia	76,6%	89,1%	18,2%
9.	Cedro	68,3%	87,8%	53,1%
10.	Crateús	61,7%	98,6%	48,6%
11.	Crato	76,2%	91,8%	0,9%
12.	Fortaleza	79,4%	91,1%	13,1%
13.	Guaramiranga	23,6%	100,0%	0,0%
14.	Horizonte	60,7%	80,0%	35,0%
15.	Iguatu	79,4%	91,8%	11,8%
16.	Itapipoca	73,3%	93,2%	40,0%
17.	Jaguaribe	44,2%	90,2%	0,0%
18.	Jaguaruana	16,7%	86,4%	0,0%
19.	Juazeiro do Norte	76,4%	93,5%	47,4%
20.	Limoeiro do Norte	83,9%	93,1%	24,2%
21.	Maracanaú	86,4%	94,2%	16,3%
22.	Maranguape	43,1%	100,0%	0,0%
23.	Mombaça	0%	0%	0%
24.	Morada nova	74,4%	88,6%	78,6%
25.	Paracuru	51,1%	81,8%	38,1%
26.	Pecém	52,9%	86,2%	0,0%
27.	Polo de Inovação Fortaleza	0%	0%	0%
28.	Quixadá	80,9%	93,6%	31,9%
29.	Reitoria	0,0%	4,3%	5,1%
30.	Sobral	80,9%	86,1%	0,0%
31.	Tabuleiro do Norte	39,3%	93,0%	0,0%

32.	Tauá	40,4%	88,4%	12,1%
33.	Tianguá	94,3%	93,5%	35,1%
34.	Ubajara	78,9%	83,3%	32,4%
35.	Umirim	60,7%	70,2%	3,0%
Total		71,1%	89,8%	19,1%

3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS PERTINENTES A CADA EIXO

Nesse campo, são apresentados os dados coletados e informações pertinentes a cada eixo, considerando as diferentes dimensões institucionais, dispostas no art. 3º da Lei N° 10.861, que instituiu o Sinaes.

É válido destacar que o instrumento avaliativo, até então utilizado, não contempla as dimensões 6 (Organização e Gestão da Instituição), 8 (Planejamento e Avaliação) e 10 (Sustentabilidade Financeira). Nas considerações finais, fica estabelecido que essas dimensões só serão contempladas no próximo ciclo quando os questionários serão revistos e atualizados.

3.1 EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

3.1.1 Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Questão	Professor	Aluno	Técnico	Classificação Final
Você teve a oportunidade de participar da elaboração/revisão do PDI/PAA do seu <i>campus</i> ?	35,9% <i>Fragilidade</i>	10,7% <i>Fragilidade</i>	42,3% <i>Fragilidade</i>	Fragilidade
Você considera que o IFCE mantém coerência entre suas finalidades, objetivos e o contexto social em que está inserido?	96,2% <i>Potencialidade</i>	86,1% <i>Potencialidade</i>	96,2% <i>Potencialidade</i>	Potencialidade

Nessa dimensão, os respondentes professores, alunos e técnicos administrativos informaram fragilidade para a oportunidade de participar da elaboração e/ou revisão do PDI; os três grupos respondentes apresentam resultados parecidos a respeito da manutenção da coerência institucional entre suas finalidades, objetivos e o contexto social em que está inserido, gerando, segundo a metodologia da avaliação um resultado final potencialidade. Diante do exposto, é importante que essa dimensão seja avaliada pela gestão central da CPA e, no âmbito dos *campi*, pelas comissões locais e comunidade interna para que estratégias sejam definidas, a fim de minimizar, superar as fragilidades identificadas quanto a participação dos seguimentos na elaboração do PDI/PAA do campus.

3.1.2 Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

Questão	Professor	Aluno	Técnico	Classificação Final
O <i>campus</i> dispõe de instalações adequadas para atender pessoas com deficiência visual?	11,5% <i>Fragilidade</i>	29,7% <i>Fragilidade</i>	7,7% <i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>
O <i>campus</i> dispõe de instalações adequadas para atender pessoas com deficiência física?	41% <i>Fragilidade</i>	47,7% <i>Fragilidade</i>	34,6% <i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>
O <i>campus</i> dispõe de pessoal especializado para atender pessoas com deficiência auditiva?	76,9% <i>Potencialidade</i>	53,3% <i>Avaliação mediana</i>	65,4% <i>Avaliação mediana</i>	<i>Avaliação mediana</i>
O <i>campus</i> desenvolve projetos capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico/social da região?	59% <i>Avaliação mediana</i>	51% <i>Avaliação mediana</i>	69,2% <i>Avaliação mediana</i>	<i>Avaliação mediana</i>
No <i>campus</i> , existe política/programa/ação de inclusão social?	71,8% <i>Potencialidade</i>	52,7% <i>Avaliação mediana</i>	73,1% <i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
Existe uma política/programa/ação de preservação do meio ambiente no <i>campus</i> ?	30,8% <i>Fragilidade</i>	46,7% <i>Fragilidade</i>	38,5% <i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>
No <i>campus</i> , existe uma política, ação ou um programa que contribui para a preservação da memória cultural e patrimônio cultural da cidade?	37,2% <i>Fragilidade</i>	44,6% <i>Fragilidade</i>	23,1% <i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>
Você se julga capacitado a ministrar sua disciplina para alunos com necessidades educativas especiais?	20,5% <i>Fragilidade</i>	Não se aplica	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>

Analisando-se o quadro anterior, observa-se no *campus* algumas potencialidades no tocante a políticas de preservação ambiental, inclusão social, contribuição para o desenvolvimento socioeconômico da região e o trabalho com pessoas com deficiência auditiva. Já para o atendimento a pessoas com deficiência física houve uma controvérsia por causa das respostas discrepantes nos três seguimentos. A contribuição para a preservação da memória cultural, o trabalho com deficientes visuais e uma auto avaliação dos docentes quanto às suas prática frente a pessoas com necessidades especiais apresentaram resultados de fragilidade carecendo implementar, de forma mais efetiva, estratégias de melhoria contínua para que se tornem “Potencialidade”.

3.2 EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS

3.2.1 Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Questão	Professor	Aluno	Técnico	Classificação Final
O currículo do Instituto visa à formação do cidadão crítico e participativo. Você considera que a prática docente contribui para a efetividade desse currículo?	97,4% <i>Potencialidade</i>	84,3% <i>Potencialidade</i>	Não se aplica	<i>Potencialidade</i>
A reflexão e a pesquisa são estratégias de aprendizagem capazes de estimular o autodesenvolvimento do educando. Essas estratégias estão presentes no método de ensino dos professores?	98,7% <i>Potencialidade</i>	90,4% <i>Potencialidade</i>	Não se aplica	<i>Potencialidade</i>
A avaliação da aprendizagem deve ser orientada para que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos. Essas práticas são observadas pelos docentes?	94,9% <i>Potencialidade</i>	85,5% <i>Potencialidade</i>	Não se aplica	<i>Potencialidade</i>
Os currículos e programas do seu curso correspondem a suas expectativas?	Não se aplica	75,9% <i>Potencialidade</i>	Não se aplica	<i>Potencialidade</i>
Você desenvolveu alguma atividade de produção científica e tecnológica mediante a publicação de artigos, livros ou comunicação em eventos científicos?	47,4% <i>Fragilidade</i>	32,2% <i>Fragilidade</i>	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>
Em relação ao apoio à participação em eventos regionais, nacionais e internacionais com <i>qualis</i> , as suas solicitações foram atendidas?	19,2% <i>Fragilidade</i>	23,8% <i>Fragilidade</i>	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>
Você participa de atividade de extensão no seu <i>campus</i> ?	Não se aplica	30,8% <i>Fragilidade</i>	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>
Você promove atividade de extensão e/ou participa de alguma em seu <i>campus</i> ?	62,8% <i>Avaliação mediana</i>	Não se aplica	Não se aplica	<i>Avaliação mediana</i>
Os representantes do <i>campus</i> estimulam a participação dos alunos em atividades de extensão?	92,9% <i>Potencialidade</i>	60,1% <i>Avaliação mediana</i>	Não se aplica	<i>Tendência de Potencialidade</i>
Você considera que as atividades de ensino, pesquisa e extensão são desenvolvidas de maneira articulada no seu <i>campus</i> ?	69,2% <i>Avaliação mediana</i>	83,9% <i>Potencialidade</i>	88,5% <i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
Você considera que a extensão desenvolvida no seu <i>campus</i> contribui para o desenvolvimento social das comunidades atendidas?	83,6% <i>Potencialidade</i>	60,2% <i>Avaliação mediana</i>	Não se aplica	<i>Tendência de Potencialidade</i>
Coerência dos objetivos do curso com a estrutura curricular?	Não se aplica	52,4% <i>Avaliação mediana</i>	Não se aplica	<i>Avaliação mediana</i>
Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, previstas no PDI,	Não se aplica	38% <i>Fragilidade</i>	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>

no âmbito do curso:				
Atualização dos conteúdos curriculares previstos em relação ao perfil do egresso do curso:	<i>Não se aplica</i>	39,2% Fragilidade	<i>Não se aplica</i>	Fragilidade
Adequação das cargas horárias ao perfil do egresso do curso:	<i>Não se aplica</i>	40,9% Fragilidade	<i>Não se aplica</i>	Fragilidade
Coerência das atividades pedagógicas com a metodologia implantada no curso:	<i>Não se aplica</i>	40,1% Fragilidade	<i>Não se aplica</i>	Fragilidade
Articulação da teoria com a prática:	<i>Não se aplica</i>	40,9% Fragilidade	<i>Não se aplica</i>	Fragilidade
A atuação do (a) coordenador (a):	<i>Não se aplica</i>	47,5% Fragilidade	<i>Não se aplica</i>	Fragilidade
A atuação do (as) professores (as) em relação ao ensino:	<i>Não se aplica</i>	51,1% Avaliação mediana	<i>Não se aplica</i>	Avaliação mediana
A atuação do (as) professor (as) em relação à extensão:	<i>Não se aplica</i>	43,4% Fragilidade	<i>Não se aplica</i>	Fragilidade
A atuação dos técnico-administrativos do curso:	<i>Não se aplica</i>	47,7% Fragilidade	<i>Não se aplica</i>	Fragilidade
O <i>campus</i> desenvolve práticas que estimulam a formação continuada do docente	91% Potencialidade	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	Potencialidade
A avaliação da aprendizagem deve ser orientada para que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos. A sua prática avaliativa em sala de aula observa esse aspecto?	94,9% Potencialidade	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	Potencialidade

No âmbito das políticas acadêmicas, o resultado da avaliação, apresenta de forma significativa, “Fragilidades” nas questões relacionadas as atividade de ensino, pesquisa e extensão sob os seus mais diversos aspectos bem como a produção científica e participação em eventos dessa natureza. Dessa forma é aqui reforçada a recomendação de avaliação desses itens, no âmbito da execução das ações relacionadas a cada um deles, pelo *campus* e pela gestão central do IFCE, assim como a necessidade de haver proposição de ações que visem à melhoria contínua dos indicadores de fragilidades e que fortaleçam os indicadores que estão satisfatórios.

Outro aspecto mencionado foi a “potencialidade” no *campus* quanto a estimulação da formação continuada dos docentes e uma orientação para que os aspectos qualitativos das avaliações se sobressaíam sobre os aspectos quantitativos.

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Questão	Professor	Aluno	Técnico	Classificação Final
---------	-----------	-------	---------	---------------------

Você considera que a imagem institucional é reconhecida na região em que seu <i>campus</i> está?	92,3% <i>Potencialidade</i>	74,8,9% <i>Potencialidade</i>	Não se aplica	<i>Potencialidade</i>
As estratégias de comunicação interna adotadas pela instituição garantem a divulgação de informações corretas e precisas?	79,5% <i>Potencialidade</i>	62,5% <i>Avaliação mediana</i>	84,6% <i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
As estratégias de comunicação externa adotadas pela instituição garantem a consolidação da imagem institucional?	Não se aplica	Não se aplica	73,1% <i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>

Em relação à comunicação com a sociedade, é possível constatar que a avaliação dos respondentes ficou classificada nos seguimentos docente e técnico como “Potencialidade” e no seguinte discente como “Avaliação Mediana”.

Os respondentes classificam a imagem institucional e sua comunicação positivamente cabendo a instituição manter seu ritmo e estratégia de trabalho nesse aspecto.

3.2.2 Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

Questão	Professor	Aluno	Técnico	Classificação Final
O atendimento pedagógico ao aluno é satisfatório?	44,9% <i>Fragilidade</i>	57,9% <i>Avaliação mediana</i>	Não se aplica	<i>Tendência de Fragilidade</i>
O atendimento social ao aluno é satisfatório?	56,4% <i>Avaliação mediana</i>	57,7% <i>Avaliação mediana</i>	Não se aplica	<i>Avaliação mediana</i>
O atendimento na coordenadoria de controle acadêmico é satisfatório?	80,8% <i>Potencialidade</i>	62% <i>Avaliação mediana</i>	Não se aplica	<i>Tendência de Potencialidade</i>
O atendimento relacionado a estágio é satisfatório?	33,3% <i>Fragilidade</i>	36,2% <i>Fragilidade</i>	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>
Coerência dos objetivos do curso com o perfil profissional do egresso	Não se aplica	44,2% <i>Fragilidade</i>	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>
Apoio ao discente, por meio de programas, tais como: programa de apoio extraclasse, psicopedagógico, atividade de nivelamento e extracurriculares?	Não se aplica	37,2% <i>Fragilidade</i>	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>
Como você avalia a política de auxílio-óculos do IFCE?	Não se aplica	19,6% <i>Fragilidade</i>	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>
Como você avalia a política de auxílio-transporte do IFCE?	Não se aplica	28,1% <i>Fragilidade</i>	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>
Como você avalia a política de auxílio para visitas técnicas com pernoite do	Não se aplica	19% <i>Fragilidade</i>	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>

IFCE?				
Como você avalia a política de auxílio para visitas técnicas sem pernoite do IFCE?	<i>Não se aplica</i>	16,6% Fragilidade	<i>Não se aplica</i>	Fragilidade
Como você avalia a política de auxílio para visitas técnicas obrigatórias do IFCE?	<i>Não se aplica</i>	21,7% Fragilidade	<i>Não se aplica</i>	Fragilidade
Como você avalia a política de auxílio-alimentação do IFCE?	<i>Não se aplica</i>	38,% Fragilidade	<i>Não se aplica</i>	Fragilidade
Como você avalia a política de auxílio-moradia do IFCE?	<i>Não se aplica</i>	32% Fragilidade	<i>Não se aplica</i>	Fragilidade
Como você avalia a política do IFCE quanto ao auxílio a mãe e pais?	<i>Não se aplica</i>	19,1% Fragilidade	<i>Não se aplica</i>	Fragilidade
Como você avalia a política de auxílio acadêmico do IFCE?	<i>Não se aplica</i>	29,2% Fragilidade	<i>Não se aplica</i>	Fragilidade

No que se refere à política de atendimento aos discentes, a quase totalidade dos itens aponta para “Fragilidades”.

As respostas também apontam a necessidade de fortalecimento de parcerias entre IFCE e empresas para oferta sistemática de estágios e necessidade de atuação mais efetiva da instituição com foco no estágio.

Também foi identificado como frágil, nessa dimensão, e observado pelos estudantes as visitas técnicas. O percentual aponta fragilidade relativa à política de auxílio para visitas técnicas e as considerações dos estudantes, de forma significativa, demonstram interesse por esse item.

No que diz respeito aos demais auxílios, também é possível identificar, de uma forma geral, a insatisfação dos estudantes com tais políticas. Nesse sentido, recomenda-se uma avaliação da política de auxílio estudantil, observando as necessidades de possíveis ajustes mesmo cientes de que os recursos que integram essa rubrica vem sofrendo ao longo dos anos perdas significativas de receita sendo necessário intensificar ainda mais essa informação para a comunidade escolar.

3.3 EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Questão	Professor	Aluno	Técnico	Classificação Final
Existe respeito e confiança entre os servidores e a chefia imediata?	96,2% Potencialidade	<i>Não se aplica</i>	92,3% Potencialidade	Potencialidade
Existe respeito e confiança entre os servidores?	98,7% Potencialidade	<i>Não se aplica</i>	92,3% Potencialidade	Potencialidade

Existe respeito e confiança entre os servidores e estudantes?	97,4% <i>Potencialidade</i>	Não se aplica	96,2% <i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
A política de capacitação tem viabilizado o acesso à participação em curso e eventos condizentes com o seu cargo?	76,9% <i>Potencialidade</i>	Não se aplica	61,5% <i>Avaliação mediana</i>	<i>Tendência de Potencialidade</i>
Você se sente valorizado no IFCE?	94,9% <i>Potencialidade</i>	Não se aplica	73,1% <i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
As condições de trabalho são satisfatórias para o desempenho da sua função?	94,9% <i>Potencialidade</i>	Não se aplica	92,3% <i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
O clima organizacional contribui para sua motivação profissional?	94,9% <i>Potencialidade</i>	Não se aplica	76,9% <i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>

No que diz respeito a políticas de gestão, responderam os questionários docentes e técnicos-administrativos. Nessa dimensão, todos os itens tiveram sua classificação final como “Potencialidade” demonstrando que as ações nesse eixo precisam ser mantidas, garantido a satisfação demonstrada pelos respondentes.

3.4 EIXO 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA

Dimensão 7: Infraestrutura física

Questão	Professor	Aluno	Técnico	Classificação Final
As salas de aula são mantidas adequadamente em relação à limpeza?	92,3% <i>Potencialidade</i>	84,5% <i>Potencialidade</i>	Não se aplica	<i>Potencialidade</i>
As salas de aula são mantidas adequadamente em relação à iluminação?	85,9% <i>Potencialidade</i>	81,7% <i>Potencialidade</i>	Não se aplica	<i>Potencialidade</i>
As salas de aula são mantidas adequadamente em relação à ventilação?	78,2% <i>Potencialidade</i>	80,3% <i>Potencialidade</i>	Não se aplica	<i>Potencialidade</i>
As salas de aula são mantidas adequadamente em relação ao mobiliário?	71,8% <i>Potencialidade</i>	70,4% <i>Potencialidade</i>	Não se aplica	<i>Potencialidade</i>
As salas de aula são mantidas adequadamente em relação aos equipamentos?	48,7% <i>Fragilidade</i>	54,2% <i>Avaliação mediana</i>	Não se aplica	<i>Tendência de Fragilidade</i>
Qual a sua satisfação em relação à limpeza dos laboratórios?	76,9% <i>Potencialidade</i>	78,4% <i>Potencialidade</i>	Não se aplica	<i>Potencialidade</i>
Qual a sua satisfação em relação à iluminação dos laboratórios?	71,8% <i>Potencialidade</i>	76% <i>Potencialidade</i>	Não se aplica	<i>Potencialidade</i>
Qual a sua satisfação em relação à ventilação dos laboratórios?	65,4% <i>Avaliação mediana</i>	72,7% <i>Potencialidade</i>	Não se aplica	<i>Tendência de Potencialidade</i>
Qual a sua satisfação em relação ao mobiliário dos laboratórios?	44,9% <i>Fragilidade</i>	58,6% <i>Avaliação mediana</i>	Não se aplica	<i>Tendência de Fragilidade</i>
Qual a sua satisfação em relação aos	33,3% <i>Fragilidade</i>	49,5% <i>Fragilidade</i>	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>

equipamentos dos laboratórios?	Fragilidade	Fragilidade		
Qual a sua satisfação em relação a segurança dos alunos e professores nos laboratórios?	53,8% Avaliação mediana	Não se aplica	Não se aplica	Avaliação mediana
Qual a sua satisfação em relação à limpeza dos banheiros?	61,5% Avaliação mediana	64,4% Avaliação mediana	65,4% Avaliação mediana	Avaliação mediana
Qual a sua satisfação em relação à iluminação dos banheiros?	66,7% Avaliação mediana	63,9% Avaliação mediana	76,9% Potencialidade	Avaliação mediana
Qual a sua satisfação em relação à ventilação dos banheiros?	53,8% Avaliação mediana	47,4% Fragilidade	65,4% Avaliação mediana	Avaliação mediana
Qual a sua satisfação em relação à limpeza da biblioteca?	94,9% Potencialidade	82,2% Potencialidade	Não se aplica	Potencialidade
Qual a sua satisfação em relação à iluminação da biblioteca?	82,1% Potencialidade	80,6% Potencialidade	Não se aplica	Potencialidade
Qual a sua satisfação em relação ao mobiliário de biblioteca?	76,9% Potencialidade	76,3% Potencialidade	Não se aplica	Potencialidade
Qual a sua satisfação em relação aos equipamentos da biblioteca?	73,1% Potencialidade	71,9% Potencialidade	Não se aplica	Potencialidade
Qual a sua satisfação quanto aos serviços de apoio às suas atividades (telefone)?	56,4% Avaliação mediana	45,4% Fragilidade	65,4% Avaliação mediana	Avaliação mediana
Qual a sua satisfação quanto aos serviços de apoio às suas atividades (xerox)?	67,9% Avaliação mediana	39,6% Fragilidade	73,1% Potencialidade	Controvérsia
Qual a sua satisfação quanto aos serviços de apoio às suas atividades (material de consumo)?	65,4% Avaliação mediana	Não se aplica	65,4% Avaliação mediana	Avaliação mediana
Qual a sua satisfação quanto aos serviços de apoio às suas atividades (multimeios)?	55,1% Avaliação mediana	43,6% Fragilidade	Não se aplica	Tendência de Fragilidade
Qual a sua satisfação quanto aos serviços de apoio às suas atividades (quadro branco)?	65,4% Avaliação mediana	Não se aplica	Não se aplica	Avaliação mediana
Qual a sua satisfação quanto aos serviços de apoio às suas atividades (apagador e pincel)?	67,9% Avaliação mediana	Não se aplica	Não se aplica	Avaliação mediana
Na biblioteca, você encontrou os livros ou periódicos indicados pelo professor?	Não se aplica	93,6% Potencialidade	Não se aplica	Potencialidade
Você considera o acervo bibliográfico satisfatório em relação à bibliografia básica prevista para o seu curso?	84,6% Potencialidade	Não se aplica	Não se aplica	Potencialidade
Você considera o acervo bibliográfico conservado?	97,4% Potencialidade	94,4% Potencialidade	Não se aplica	Potencialidade
Você considera o acervo bibliográfico atualizado?	88,5% Potencialidade	Não se aplica	Não se aplica	Potencialidade
Os equipamentos informáticos são mantidos adequadamente, em relação ao funcionamento e à manutenção?	91% Potencialidade	91,8% Potencialidade	100% Potencialidade	Potencialidade
A velocidade da internet é suficiente para o cumprimento de suas	50% Avaliação mediana	65,3% Avaliação mediana	80,8% Potencialidade	Avaliação mediana

atividades?				
Em geral como você avalia a sala do (a) coordenador (a)?	<i>Não se aplica</i>	46,0% Fragilidade	<i>Não se aplica</i>	Fragilidade
Em geral como você avalia a sala dos professores?	<i>Não se aplica</i>	49,4% Fragilidade	<i>Não se aplica</i>	Fragilidade
Em geral como você avalia a sala de aula?	<i>Não se aplica</i>	57,1% Avaliação mediana	<i>Não se aplica</i>	Avaliação mediana
Em geral como você avalia a Biblioteca?	<i>Não se aplica</i>	62% Avaliação mediana	<i>Não se aplica</i>	Avaliação mediana
Em geral como você avalia o acervo bibliográfico?	<i>Não se aplica</i>	56,9% Avaliação mediana	<i>Não se aplica</i>	Avaliação mediana
Em geral como você avalia os laboratórios?	<i>Não se aplica</i>	52,5% Avaliação mediana	<i>Não se aplica</i>	Avaliação mediana
Qual a sua satisfação em relação a limpeza das salas dos professores?	92,3% Potencialidade	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	Potencialidade
Qual a sua satisfação em relação a iluminação das salas dos professores?	89,7% Potencialidade	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	Potencialidade
Qual a sua satisfação em relação a ventilação das salas dos professores?	89,7% Potencialidade	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	Potencialidade
Qual a sua satisfação em relação ao mobiliário das salas dos professores?	56,4% Avaliação mediana	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	Avaliação mediana
Qual a sua satisfação em relação aos equipamentos das salas dos professores?	41% Fragilidade	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	Fragilidade
Sobre a limpeza das salas destinadas às atividades administrativas, qual a sua satisfação?	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	76,9% Potencialidade	Potencialidade
Sobre o mobiliário das salas destinadas às atividades administrativas, qual a sua satisfação?	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	53,8% Avaliação mediana	Avaliação mediana
Sobre a iluminação das salas destinadas às atividades administrativas, qual a sua satisfação?	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	76,9% Potencialidade	Potencialidade
Sobre os equipamentos das salas destinadas às atividades administrativas, qual a sua satisfação?	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	46,2% Fragilidade	Fragilidade
Sobre a ventilação das salas destinadas às atividades administrativas, qual a sua satisfação?	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	73,1% Potencialidade	Potencialidade

Essa dimensão apresenta boa parte dos itens avaliados como medianas ou de potencialidade traduzindo boa satisfação quanto a estrutura e manutenção do campus. Recomenda-se que sejam feitas ações que promovam a manutenção desses níveis de satisfação quiçá até melhorarem.

É válido evidenciar que nas considerações feitas pelos respondentes a qualidade da velocidade da internet melhorou de “fragilidade” para “Avaliação Mediana” em relação ao relatório anterior.

Já, quesitos como: equipamentos dos laboratórios, sala das coordenações de curso e sala dos professores precisam de análise da gestão sobre quais pontos específicos desses itens, de fato, precisam de melhorias.

4 AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE PRELIMINAR

A partir das categorias de avaliação apresentadas e das considerações feitas pelos respondentes dos segmentos, recomenda-se às comissões locais que se apropriem deste relatório e o divulguem para a comunidade acadêmica, por meio de metodologia que estimule a participação de todos. Na oportunidade devem ser analisadas as observações feitas pelos segmentos do *campus* para que, em seguida, o *campus* elabore seu plano de trabalho a fim de alcançar as melhorias necessárias à qualidade satisfatória dos serviços ofertados pelo IFCE.

A divulgação deste material e a elaboração do plano de trabalho serão realizados por mídias eletrônicas devido a pandemia e suas consequências, como somente atividades remotas. Bem logo um retorno à normalidade, os resultados serão divulgados presencialmente para todos os seguimentos.

É necessário a criação de um espaço no próprio site do IFCE-Campus Cedro para o acesso de qualquer cidadão a esses resultados fazendo com que o princípio da publicidade seja respeitado e as informações cheguem ao maior número possível de pessoas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento desse trabalho, a CPA identificou em relação ao relatório anterior melhorias de forma generalizadas. Entretanto, alguns pontos permaneceram frágeis merecendo por parte da instituição um olhar mais aguçado, dentre eles destacam-se: Participação da comunidade escolar na construção e revisão do PDI e PAA, estágios, visitas técnicas, melhor acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades múltiplas, incentivos quanto a participação de mais alunos em pesquisa e extensão, programas de prevenção ambiental e da memória cultural, produção acadêmica e participação em eventos científicos regionais, nacionais e internacionais, melhoria na internet, entre outros.

Nesse contexto, e após esse período conturbado de pandemia, a CPA geral recomenda à comissão local que, de posse do relatório parcial, divulgue e estude os resultados gerais com a comunidade escolar, tanto Discentes, quanto Docentes e Técnicos Administrativos. Além desse aspecto, tais comissões devem informar à gestão geral a necessidade da construção de ações necessárias para manutenção das “Potencialidades” e melhoria das “Fragilidades e “Avaliações Medianas” apontadas, assim como, das considerações feitas pelos respondentes. É importante

que essas ações sejam consolidadas em um plano de trabalho do *campus*. Nesse sentido, faz-se necessário que todas as recomendações acima, ao serem realizadas, sejam devidamente documentadas.

Outro aspecto a ser observado, diz respeito ao início da gestão atual da CPA. Essa comissão iniciou suas atividades a 26 de março de 2019, privilegiando a elaboração do presente Relatório Parcial. Desta forma, além de seguir as recomendações da Gestão anterior da CPA Geral, as quais se encontram no Relatório anterior, a atual gestão deverá se empenhar em promover a sensibilização da comunidade acadêmica sobre a importância das Comissões Próprias de Avaliação no tocante à melhoria dos serviços oferecidos pelo IFCE.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comissão Própria de Avaliação - CPA. Instituto Federal do Ceará. **Relatório de autoavaliação institucional**: ano de referência 2017. Fortaleza: Comissão Própria de Avaliação, 2018. 31 p. 1º relatório parcial. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/instituto/arquivos/relatorio-de-autoavaliacao-institucional-2017.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

_____. **Decreto nº 9.235**, de 15.12.2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

_____. **Lei nº 10.861**, de 14 de abr. 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 15 de abr. 2004. Seção 1 p. 3.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.051**, de 09 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

_____. **Portaria Nº 92**, de 31 de janeiro de 2014. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, credenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial, do Sinaes.

INSTITUTO Federal do Ceará - IFCE. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014-2018).

INSTITUTO Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Nota Técnica Inep/DAES/Conaes N º 65: Roteiro de auto-avaliação institucional: orientações gerais. Brasília, 2004b, 44 p.